

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco
CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	NOTAS	3.757.766	3.446.743	CIRCULANTE	NOTA	8.916.196	8.306.896
Disponibilidade	(NOTA 04)	11.977	62.233	Depósitos		8.279.418	7.532.068
Ativos Financeiros		1.667.362	1.028.465	Depósitos à Vista	(NOTA 08-A)	131.884	102.344
Título e Valores Mobiliários	(NOTA 04)	1.667.362	1.028.465	Depósitos a Prazo	(NOTA 08-A)	8.147.534	7.429.725
Operações de Crédito	(NOTA 05-C)	2.053.330	2.285.687	Outras Obrigações		463.488	456.059
Empréstimos e Financiamentos		2.242.625	2.337.425	Obrigações Sociais e Estatutárias	(NOTA 09)	453.152	434.266
(-) Provisão P/ Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-190.295	-51.738	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 10)	10.336	17.063
Outros Créditos	(NOTA 06)	26.097	70.358	Diversos	(NOTA 11 E 12)	173.290	318.769
NÃO CIRCULANTE		7.628.070	9.252.095				
Operações de Crédito	(NOTA 05-C)	7.228.565	8.762.931	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.469.640	4.391.942
Empréstimos e Financiamentos		7.559.892	8.926.051				
(-) Provisão P/ Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-331.327	-163.320				
Permanete		399.505	489.164				
Investimentos		7.000	0,00				
Imobilizado de Uso		137.113	163.839				
Imobilizado de Uso	(NOTA 07-B)	552.798	546.263				
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(NOTA 07-B-D)	-415.685	-382.424				
Intangível		255.392	325.326				
Intangível	(NOTA 07-D)	349.670	349.670	Capital Social	(NOTA 14-A)	3.510.376	4.136.563
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(NOTA 07-B-D)	-94.278	-24.344	Reserva Legal	(NOTA 14-B)	117.997	661.537
				Reserva para Expansão		-	263.785
				Sobra ou Perdas de Exercício	(NOTA 14-D)	-1.158.733	-669.943
TOTAL DO ATIVO		11.385.836	12.698.838	TOTAL DO PASSIVO		11.385.836	12.698.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 31 de DEZEMBRO DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco
CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80

		2º SEMESTRE DE 2022	31-12-2022	31-12-2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		937.619	1.858.399	1.568.825
Operações de Crédito	(NOTA 17)	842.222	1.701.390	1.522.429
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	(NOTA 17)	91.397	157.009	46.396
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(803.280)	(1.755.307)	(798.368)
Operações de Captação no Mercado		(784.701)	(1.429.564)	(446.928)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(18.579)	(325.743)	(351.440)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		134.338	103.092	770.458
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(643.923)	(1.261.825)	(1.413.152)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(NOTA 16)	(297.970)	(617.942)	(958.178)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(NOTA 16)	(449.516)	(940.288)	(973.989)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(NOTA 16)	(6.865)	(9.498)	(2.139)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	(NOTA 17)	161.171	409.098	574.027
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(NOTA 18)	(50.743)	(103.195)	(52.873)
RESULTADO OPERACIONAL		(509.585)	(1.158.733)	(642.694)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		-	-	-
DESPESAS NAO OPERACIONAIS		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(509.585)	(1.158.733)	(642.694)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS		-	-	(27.250)
RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(509.585)	(1.158.733)	(669.944)
JUROS AO CAPITAL	(NOTA 18)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(509.585)	(1.158.733)	(669.944)
F A T E S		-	-	-
Reserva Legal		-	-	-
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		(509.585)	(1.158.733)	(669.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31-12-2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco

CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80

	2º SEMESTRE DE 2022	31-12-2022	31-12-2021
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	(509.585)	(1.158.733)	(669.944)
Ajustes Resultado Abrangente	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(509.585)	(1.158.733)	(669.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31-12-2022 E 31-12-2022 E SEMESTRE FINDO EM 31-12-2022
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco					
CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80					
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reserva Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 01/01/2021	5.093.060	602.219	55.201	417.169	6.167.649
Constituição de Reservas		-	208.585	(208.585)	-
Ao capital	208.585			(208.585)	-
Integralização/Devolução o de capital	(1.165.083)				(1.165.083)
Transf CEA para Fundo Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas		59.318			59.318
				(669.944)	(669.944)
Destinação das Sobras ou Perdas:					-
. Juros ao Capital				-	-
. Fundo de Reserva		-		-	-
. F A T E S - Ato Cooperativo				-	-
Saldos em 31/12/2021	4.136.563	661.537	263.786	(669.944)	4.391.942
Mutações do Período	(956.497)	59.318	208.585	(1.087.113)	(1.775.707)
Saldos em 30/06/2022	3.484.450	799.557	263.786	(1.319.092)	3.228.701
Constituição de Reservas			-	-	-
Amortização Perdas com Reserva Legal		(669.943)		669.943	-
Utilização Reserva de Expansão			(263.786)		(263.786)
Integralização/Devolução de capital	25.925				25.925
Sobras ou Perdas Líquidas				509.584	509.584
Tranf. CEA para Fundo Reservas					-
Destinação das Sobras ou Perdas:					-
. Fundo de Reserva					-
. F A T E S - Ato Cooperativo					-
Saldos em 31/12/2022	3.510.375	117.997	-	(1.158.733)	2.469.640
Mutações do Período	25.925	(681.560)	(263.786)	160.359	(759.061)
Saldos em 01/01/2022	4.136.563	661.537	263.786	(669.944)	4.391.942
Constituição de Reservas			-	-	-
Amortização Perdas com Reserva Legal		(669.944)		669.944	-
Utilização Reserva Expansão			(263.786)		-
Integralização/Devolução de capital	(626.188)				(1.165.083)
Sobras ou Perdas Líquidas				-	218.012
Reversão Fundo de Reserva paraq CEA					(17.223)
Tranf. CEA para Fundo Reservas		126.404			76.542
Sobras ou Perdas Líquidas				(1.158.733)	(17.223)
Destinação das Sobras ou Perdas:					-
. Fundo de Reserva			-		-
. F A T E S - Ato Cooperativo					(21.801)
Saldos em 31/12/2022	3.510.375	117.997	-	(1.158.733)	2.469.640
Mutações do Período	(626.188)	(543.540)	(263.786)	(488.789)	(1.922.302)

(Em Milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco			
CNPJ/MF 04.546.162/0001-80			
	2º SEMESTRE DE 2022	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	(509.585)	(1.158.733)	(669.944)
Participação dos Funcionários nas Sobras	-	-	(27.250)
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-
Depreciações e Amortizações	<u>50.743</u>	<u>103.195</u>	<u>45.871</u>
	<u>(458.842)</u>	<u>(1.055.538)</u>	<u>(651.323)</u>
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	1.175.137	1.766.723	(1.499.009)
Outros Créditos	160.708	44.261	266.632
Depósitos	(313.164)	747.750	2.452.689
Obrigações Sociais e Estatutárias	93.003	18.886	(129.819)
Obrigações Fiscais e Previdenciária	769	(11.457)	4.638
Outras Obrigações	<u>(222.298)</u>	<u>(145.479)</u>	<u>(22.555)</u>
	894.155	2.420.684	1.072.576
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	<u><u>435.313</u></u>	<u><u>1.365.146</u></u>	<u><u>421.253</u></u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	(2.185)	(6.535)	(47.266)
Aquisições do intangível e Diferido (-)	-	(-)	(296.148)
Aumento de Investimentos	(6.000)	(7.000)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(8.185)</u>	<u>(13.535)</u>	<u>(343.414)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Devolução/Integralização de Capital à Cooperados	(25.925)	(626.188)	(1.165.083)
FATES Sobras Exercício	(-)	(-)	-
Transf. de CEA para Fundo de Reserva	168.260	126.404	76.542
Amortização Prejuízo com reserva Legal	<u>(263.186)</u>	<u>(263.186)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(120.951)</u>	<u>(762.970)</u>	<u>(1.088.541)</u>
Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	306.177	588.641	(1.010.702)
No início do período	2.493.979	1.090.698	2.101.400
No fim do período	1.090.698	1.679.339	1.090.698
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	306.177	588.641	(1.010.702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro de 2021 (Em Reais)**

01

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/07/1977. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco não possui postos de atendimento (PAs).

02

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria, em 27/03/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2021.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior, bem como divulgação dos resultados não recorrentes.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial;

investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Em decorrência da conclusão da inspeção do Banco Central de Brasil, através do Ofício 26643/2022 BCB/DESUC de 10 de outubro de 2022, foi determinado ajustes retrospectivos referente ao estorno da cobrança de Taxa de Governança e Taxa de Expansão e Renovação Tecnológica, diante o exposto a CREDIFISCO aplicou os ajustes e efetuou a reapresentação de suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de forma comparativa as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como previsto na NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos os efeitos sobre o Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas.

ATIVO	31/12/2021 (apresentado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
CIRCULANTE	4.523.060	1.076.317	3.446.743
Outros Créditos	1.146.675	1.076.317	70.358
TOTAL DO ATIVO	13.775.155	1.076.317	12.698.838
PASSIVO	31/12/2021 (apresentado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
CIRCULANTE	8.517.058	210.162	8.306.896
Obrigações Sociais e Estatutárias	456.068	21.802	434.266
Diversos	507.129	188.360	318.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.258.096	866.154	4.391.942
Reserva Legal	683.338	21.801	661.537
Sobra ou Perdas de Exercício	174.410	844.353	-669.943
TOTAL DO PASSIVO	13.775.155	1.076.317	12.698.838
Demonstrações das sobras ou Perdas	31/12/2021 (apresentado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(497.943)	915.209	(1.413.152)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.655.165	1.081.138	574.027
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(218.803)	(165.930)	(52.873)
RESULTADO OPERACIONAL	272.515	915.209	(642.694)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	272.515	915.209	(642.694)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(54.503)	(27.253)	(27.250)

RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS	218.012	887.956	(669.944)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	218.012	887.956	(669.944)
F A T E S	(21.801)		-
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	174.410	844.354	(669.944)

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.720/2019, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	11.977	62.233
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa	1.667.362	1.028.465
Total	1.679.339	1.090.698

05
A carteira de créditos está assim composta e classificada:
a) **Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprest.	Financiamento	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
			31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
A Normal			-	-	-	-
A 0,50% Normal	8.454.240	88.048	8.542.288	(42.711)	10.669.245	(53.496)
A 0,50% Vencidas	-	-	-	-	-	-
B 1% Normal	5.382	-	5.382	(54)	31.236	(312)
B 1% Vencidas	326.307	-	326.307	(3.263)	208.143	(2.081)
C 3% Normal	-	-	-	-	16.800	(504)
C 3% Vencidas	157.393	-	157.393	(4.738)	54.901	(1.647)
D 10% Normal	-	-	-	-	-	-
D 10% Vencidas	309.744	-	309.744	(30.974)	12.043	(1.204)
E 30% Normal	-	-	-	-	-	-
E 30% Vencidas	23.940	-	23.940	(7.182)	72.251	(21.675)
F 50% Normal	-	-	-	-	-	-
F 50% Vencidas	6.893	-	6.893	(3.447)	56.003	(28.001)
G 70% Normal	-	-	-	-	-	-
G 70% Vencidas	4.338	-	4.338	(3.037)	23.063	(16.144)
H 100% Normal	42.632	-	42.632	(42.632)	-	-
H 100% Vencidas	383.600	-	383.600	(383.600)	89.793	(89.793)
Total Normal	8.502.254	88.048	8.590.302	(85.397)	10.747.281	(54.313)
Total Vencido	1.212.215	-	1.212.215	(436.225)	516.196	(160.546)
Total Geral	9.714.469	88.048	9.802.517	(521.622)	11.163.476	(214.858)
Provisões (-)			(521.622)		(214.858)	
Total Liquido	9.714.469	88.048	9.280.895		11.048.618	

* Em empréstimos estão contidos os valores das operações renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2022
Empréstimos				-
Total	721.888	1.520.737	7.559.892	9.802.517

Obs.: Não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:

Setor	31/12/2022			31/12/2021	
		Empréstimo e Financiamento		Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas		9.802.517		9.802.517	11.233.911
Pessoas Jurídicas					29.565
Total	-	9.802.517	-	9.802.517	11.263.476

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	214.229	224.219
Constituições/Reversões no período	326.372	351.439
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(18.979)	(360.800)
Total	521.622	214.229

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior devedor	328.590	3,35%	366.365	3
10 maiores devedores	2.366.896	24,15%	2.423.791	22

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	1.961.067	1.697.743
Valor das operações transferidas no período	18.979	360.800
Valor das operações recuperadas no período	(215.051)	(97.476)
Total	1.764.995	1.961.067

06 – Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2022			31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Devedores diversos - país	18.538		18.538		3.737
Garantia - Dep. p/Interposição Recursos Fiscais	7.559		7.559		7.559
Adiantamento por conta de Imobilizações	-		-		59.062
Total	26.097	-	26.097	-	70.358

(Valores expressos em reais – R\$)

07 – Imobilizado

a) Imobilizações de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2022		Total líquido	31/12/2021	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada			
Edificações	73.264	(26.792)	46.472	49.403	4%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	174.957	(174.957)	-	4.447	20%
Móveis e equipamentos de uso	160.584	(102.613)	57.971	72.637	10%
Sistema de comunicação	20.889	(17.861)	3.028	5.052	10%
Sistema de processamento de dados	114.304	(84.662)	29.642	32.300	20%
Sistema de segurança	8.800	(8.800)	-	-	10%
Total	552.798	(415.685)	137.113	163.839	

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

b) intangível

Nesta rubrica registram-se os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros.

Intangível	31/12/2022		Total líquido	31/12/2021	Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada			
Benfeitorias	-	-	-	-	20%
Marcas e Patentes	27.000	(16.800)	10.200	15.600	20%
Softwares	306.060	(66.690)	239.370	300.582	20%
Softwares Adquiridos Desenvolvidos	16.609	(10.788)	5.821	9.144	20%
Total	349.670	(94.278)	255.391	325.326	

a) Composição das operações segregadas por tipo de depósitos.

08 – Depósitos

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósito à vista (1)	131.884	-	131.884	102.344
Depósito a prazo (2)	8.147.534	-	8.147.534	7.429.725
Total	8.279.418	-	8.279.418	7.532.069

(2) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

b) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Aplicador	485.256	5,96%	551.460	7
10 maiores aplicadores	2.986.330	36,65%	2.778.730	39

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2014. O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	3.569	29.424
Cotas de capital a pagar (b)	449.583	426.644
Total	453.152	456.068

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As cotas de capital referem-se a capital de ex associados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições s/ salários	10.336	14.553
Total	10.336	14.553

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações	31/12/2022		Total	31/12/2021
	Circulante	Não Circulante		
Despesas de pessoal	42.983	-	42.983	94.538
Devedores diversos - país (d)	130.306	-	130.306	8.538
Total	173.289	-	173.289	103.076

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Contingências tributárias (a)	-	231.122
Contingências trabalhistas	-	179.931
Total	-	404.054

(a) Referem-se a provisão s/rendimentos de aplicação financeira em Bancos não cooperativos.

O CREDIFISCO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	3.510.375	4.136.563

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Total de associados	812	862

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, com valores de R\$ 117.997 em 31/12/2022 e R\$ 661.537 em 31/12/2021

(c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

(d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobras /lucro líquido do exercício	(1.158.733)	(669.944)
Juros ao capital próprio	-	-
Reserva legal - 10%	-	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	-	-
Total	(1.158.733)	(669.944)

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

16 – Outros dispêndios e despesas administrativas			
Descrição	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de água, energia e gás	2.855	7.413	3.416
Despesas de aluguéis	21.000	42.000	43.042
Despesas de comunicações	15.296	30.837	32.485
Despesas de honorários	22.880	92.320	268.562
Despesas de manutenção e conservação de bens	16.297	33.403	24.016
Despesas de material	-	4.174	42.734
Despesas de pessoal - benefícios	124.077	232.138	173.720
Despesas de pessoal - encargos sociais	40.382	77.347	244.806
Despesas de pessoal - proventos	105.170	187.327	235.641
Despesas de pessoal - treinamento	5.461	28.810	35.449
Despesas de processamento de dados	154.667	342.099	300.048
Despesas de promoções e relações públicas	1.900	4.224	20.964
Despesas de propaganda e publicidade	1.615	38.753	37.138
Despesas de seguros	626	2.605	16.501
Despesas de serviços do sistema financeiro	18.478	42.028	91.921
Despesas de serviços de terceiros	76.390	161.271	118.201
Despesas de serviços técnicos especializados	72.213	144.436	108.271
Despesas de transporte	971	2.270	9.113
Despesas tributárias	5.866	7.806	-
Outras despesas administrativas	67.207	121.911	96.254
Total	753.351	1.566.014	1.934.305

17 – Outros ingressos e receitas operacionais			
Descrição	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
De Operações de Crédito	846.222	1.701.390	1.522.438
De Operações com títulos e valores mobiliários	91.397	157.009	46.396
De Outras Rendas Operacionais	161.171	409.097	573.529
Total	1.098.790	2.267.496	2.142.363

18 – Outros dispêndios e despesas operacionais			
Descrição	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de juros ao capital	-	-	-
Outras despesas operacionais	51.743	104.887	218.803
Total	51.743	104.887	218.803

19

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais. Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	1.429.957	941.242	14,58

(a) Detalhamento das operações ativas:

OPERACOES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimo / financiamento	1.429.957	34.045	4,2%

(b) **Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de:** depósito a prazo, repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho de Administração/ Diretoria	% em relação à carteira total - saldo no exercício 2022
Empréstimo / financiamento	1,05	1,05	1,2%

20 - Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 2.214.248, com índice de basileia em 31 de dezembro de 2022 de 24,00%. (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 6.224.117, com índice de basileia de 44,21%).

21) Estrutura de gerenciamento de risco

Em 04 de novembro de 2015 o Banco Central do Brasil emitiu o Comunicado nº 28.684 qual dispõe do enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução CMN nº 4.434, de 5 de agosto de 2015.

A Cooperativa CREDIFISCO, conforme as referidas normas citadas acima, foi classificada pelo Banco Central do Brasil na categoria Clássica. E de

acordo com a Res. CMN nº 4.553/2018 De modo a atender o requerido na Resolução do CMN nº 4.557/2018, a CREDIFISCO adotou o

gerenciamento de riscos compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, Entretanto, a CREDIFISCO, conforme disposto na

Resolução CMN nº 4.606/2018, 4.557/2018, 4.192/2013 adota para elaboração de seu Balanço o Regime Prudencial Simplificado (RPS) **a) Risco**

operacional

O Risco Operacional está associado às falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas e de sistemas, ou de eventos externos.

A CREDIFISCO devido à sua opção pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) possui seu cálculo do Patrimônio de Referência Exigido de forma Simplificada em apenas uma única parcela

b) Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco associado a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Cooperativa.

Adicionalmente mencionamos que, em virtude da Res. CMN nº 4.434/2015, e com a emissão do Comunicado pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa CREDIFISCO está classificada na

c) Risco de crédito

O Risco de Crédito é aquele associado ao não cumprimento pelo tomador da contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de A CREDIFISCO avalia de forma gerencial o risco de crédito e classifica suas operações conforme os critérios para rating estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, para atendimento do

22. Informações Adicionais

Efeitos da Pandemia do Covid-19: Considerando os efeitos da eclosão da pandemia do COVID-19 na sociedade brasileira a Cooperativa, alinhado com as boas práticas de mercado e das instituições financeiras, observando as recomendações da Organização Mundial de Saúde, tem adotado medidas para minimizar maiores impactos aos seus cooperados que foram mais expostos à súbita retração da economia, bem como vem reavaliando suas estratégias de atuação do mesmo modo com que as previsões para a economia são redefinidas neste momento que atravessamos e, conseqüentemente, estamos atentos aos riscos de mercado relacionados as atividades desempenhadas pela cooperativa.

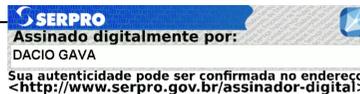
Portanto, em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando todo o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da cooperativa, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia comprometam a elaboração, aprovação e publicação das Demonstrações Contábeis que poderiam prejudicar a sua continuidade operacional.

23. Resultado Recorrente e não recorrente

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021, os resultados divulgados pela CREDIFISCO são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

24. Plano para Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

O Banco Central do Brasil publicou a resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras. Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em Janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pela Administração da CREDIFISCO em 15 de junho de 2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócios da CREDIFISCO e ao Segmento 5 (S5) na qual a Cooperativa está enquadrada.



ANTONIO DAMASCENO RODRIGUES DACIO GAVA

Diretor Operacional

FELIPE DA SILVA MUNOZ
Diretor Presidente

Contador (a)
TEC CRC: 1SP-151926/O-5

AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS